

Eixo Temático: Comunidades e Povos tradicionais: territorialidade e educação
EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS NA PARAÍBA: desafios para a preservação cultural e identitária

Camila de Lourdes das Neves Silva Silvestre¹

Lenice Ribeiro Marinho²

Maria de Lourdes Soares³

Maria José das Neves Silva⁴

Resumo: Este trabalho busca refletir sobre a temática da educação indígena na Paraíba, com foco especial nas políticas públicas, desafios de preservação cultural e as práticas educacionais interculturais voltadas para os povos Tabajara e outras etnias. A problematização central gira em torno da diferença entre as diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 e a realidade enfrentada por essas comunidades, que ainda se deparam com barreiras estruturais, preconceito e desvalorização de seus saberes tradicionais. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica e análise documental, com ênfase em autores como Paulo Freire, além de se embasar na Constituição Federal de 1988 que trata da importância da educação intercultural e a necessidade de um diálogo entre culturas. Os resultados indicam que, apesar dos desafios, existem experiências exitosas que demonstram a viabilidade de práticas educativos que respeitem e divulgam a diversidade cultural. Pois, revelam que a educação deve ser entendida como um processo de resistência e afirmação identitária, contribuindo para a luta pelos direitos e pela visibilidade das comunidades indígenas. Além disso, destaca-se a importância da formação continuada de professores e alunos com participação ativa das comunidades, elaborando material que instrumentam implementação de políticas públicas. As considerações finais reafirmam a necessidade de um compromisso contínuo com a promoção de uma educação que valorize e respeite as identidades culturais dos povos indígenas, reconhecendo-os como agentes ativos na construção de seu conhecimento e na luta por seus direitos. O trabalho aponta para a urgência de mais trabalhos de pesquisas e intervenção que aprofundem a relação entre educação e diversidade cultural, contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com culturas indígenas na Paraíba e em todo o Brasil.

Palavras-chave: Educação Indígena. Políticas Públicas. Interculturalidade. Preservação Cultural.

1 INTRODUÇÃO

A educação desempenha um papel fundamental na preservação da cultura e identidade dos povos indígenas, particularmente no contexto da Paraíba, onde a realidade desses povos reflete uma série de desafios no reconhecimento e valorização de seus saberes

¹ Discente do Departamento de Ciências das Religiões. Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Paraíba. Brasil. E-mail: camila_neves10@hotmail.com

² Discente do departamento de Ciências biomédicas. Centro de Ciências da Saúde. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Paraíba. Brasil. E-mail: lenice.ribeiro@academico.ufpb.br

³ Professora do Departamento de Serviço Social. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Paraíba. Brasil. E-mail: marialsc@terra.com.br

⁴ Professora do Departamento de Enfermagem em Saúde Pública. Centro de Ciências da Saúde. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Paraíba. Brasil. E-mail: jjosyne@hotmail.com

tradicionais. Segundo Palitot (2023), estima-se que 25 mil indígenas residam na Paraíba, aldeados ou não. Entre esses povos estão os Potiguara, Tabajara, Cariris e Tarairiús.

O presente trabalho tem como objetivo investigar a relação conhecimento e educação nos povos indígenas na Paraíba como desafios enfrentados na preservação da cultura e da identidade dos povos indígenas, em especial do povo Tabajara e Potiguara. A pesquisa busca problematizar a situação do conhecimento e da educacional nas comunidades indígenas, considerando a importância de uma educação que respeite e valorize suas tradições e saberes.

O problema central da pesquisa envolve as barreiras que dificultam a implementação de uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural dos povos indígenas. Pois, a falta de infraestrutura adequada, a escassez de materiais didáticos em línguas indígenas e a formação de professores e outros profissionais para atuar em contextos interculturais são questões que afetam diretamente essas comunidades. Além aborda-se o impacto das políticas públicas na tentativa de promover uma educação que dialogue com as tradições e conhecimentos indígenas, destacando os avanços e as imitações.

Este estudo fundamenta-se teoricamente em contribuições de autores que trabalham a educação intercultural, a preservação da identidade cultural e os direitos educacionais dos povos indígenas. Foram utilizados conceitos de Paulo Freire, que defende uma educação que promova a conscientização crítica e a valorização dos saberes locais como forma de empoderar as comunidades. Para mais, a obra de Candau (2012) sobre a importância da interculturalidade na educação, contribui para a compreensão dos direitos culturais e da implementação de políticas educacionais que respeitem a diversidade. Este embasamento teórico permite uma análise crítica das políticas educacionais e das práticas de ensino voltadas para os povos indígenas na Paraíba.

Também foi considerando nos estudos o projeto de extensão desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sobre "A cultura indígena Tabajara, ocupação e preservação da cultura tradicional, através de práticas socioeducativas". Projeto que oferece uma oportunidade valiosa para compreender as práticas e estratégias utilizadas para promover a preservação cultural e inclusão educacional dos indígenas, além de evidenciar a importância do diálogo entre universidade e comunidades tradicionais.

A metodologia, de caráter qualitativa, teve como base a análise documental e a revisão bibliográfica. A análise documental permite compreender as políticas educacionais

vigentes e identificar lacunas na implementação do projeto. A revisão bibliográfica contribui com a contextualização da educação indígena no Brasil e na Paraíba, oferecendo uma visão ampla sobre a temática.

Este trabalho está organizado em três partes principais. Na primeira seção, discute-se o referencial teórico, abordando conceitos de educação intercultural e preservação cultural. A segunda seção apresenta a análise dos dados coletados, destacando os desafios e oportunidades encontrados na educação dos povos indígenas na Paraíba. Nas considerações finais, retomam-se os objetivos da pesquisa, destacando a importância da educação que valorize a identidade indígena, sugerindo direções para futuras pesquisas sobre o tema.

2 EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E IDENTIDADE CULTURAL INDÍGENA

A educação intercultural é uma abordagem que visa promover a diversidade cultural e respeitar as especificidades de diferentes grupos étnicos. No contexto dos povos indígenas da Paraíba, essa abordagem é crucial para a preservação de suas identidades culturais. A educação deve ser entendida como um processo que não apenas transmite conhecimento, mas também valoriza os saberes tradicionais em particular as práticas culturais dos indígenas.

A obra de Paulo Freire intitulada como *Pedagogia do Oprimido* (1987) é especialmente relevante ao discutir a educação como um ato de libertação e conscientização. Freire enfatiza que a educação deve ser um diálogo entre culturas, permitindo que estudantes indígenas se reconheçam em seus conteúdos e metodologias de ensino. Essa prática se opõe ao modelo educacional hegemônico que muitas vezes ignora ou marginaliza os saberes e experiências originárias, como dos indígenas. Sobre o conceito de hegemonia, Mochcovitch enfatiza:

Hegemonia é o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade. A hegemonia é composta de duas funções: função de domínio e função de direção intelectual e moral, ou função própria de hegemonia (Mochcovitch, 1992, p. 20-21).

Ao aplicar esses conceitos ao contexto da educação indígena, pode-se afirmar que a pedagogia freireana exige abordagem que respeite as culturas indígenas como fontes legítimas de conhecimento e não como objetos a serem assimilados pela cultura dominante. Isso significa que as práticas educativas devem ser construídas em um diálogo constante com

a comunidade, valorizando a língua, as histórias, os rituais e os modos de vida indígenas como parte essencial do processo educacional.

Neste contexto, Candau (2009) argumenta que a educação intercultural deve promover a troca de saberes entre culturas, favorecendo um ambiente de aprendizado que respeite as tradições e a língua dos povos indígenas. O uso de materiais didáticos que reflitam a cultura e a língua indígena como essencial para fortalecer a identidade cultural e facilitar a aprendizagem. A autora alerta que:

[...] a educação intercultural não pode ser reduzida a algumas situações e/ou atividades realizadas em momentos específicos, nem focalizar sua atenção exclusivamente em determinados grupos sociais. Trata-se de um enfoque global que deve afetar todos os atores e todas as dimensões do processo educativo, assim como os diferentes âmbitos em que ele se desenvolve. No que diz respeito à escola, afeta a seleção curricular, a organização escolar, as linguagens, as práticas didáticas, as atividades extraclasse, o papel do/a professor/a, a relação com a comunidade etc. (Candau, 2009, p. 170).

Ainda nesta perspectiva, a autora enfatiza que:

[...] a dimensão cultural é intrínseca aos processos pedagógicos, “está no chão da escola” e potência processos de aprendizagem mais significativos e produtivos, na medida em que reconhece e valoriza a cada um dos sujeitos neles implicados, combate todas as formas de silenciamento, invisibilização e/ou inferiorização de determinados sujeitos socioculturais, favorecendo a construção de identidades culturais abertas e de sujeitos de direito, assim como a valorização do outro, do diferente, e o diálogo intercultural (Candau, 2011, p. 253).

A aplicação dos princípios freireanos na educação indígena contribui para uma educação que não apenas educa para o saber, mas também para o ser, para o respeito e para a dignidade. Ao adotar uma postura crítica e dialógica, a educação intercultural baseada nos princípios de Freire e no respeito às tradições indígenas pode se tornar um importante vetor para a preservação cultural e para o fortalecimento das identidades dos povos indígenas da Paraíba.

Portanto, torna-se importante a educação intercultural, pois através da mesma, torna-se capaz de criar pontes entre diferentes culturas, promovendo uma verdadeira coexistência e respeito mútuo. Nesse sentido, a educação intercultural é um caminho para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática, onde a diversidade é celebrada e os direitos culturais são efetivamente garantidos.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INDÍGENA NA PARAÍBA

Os conhecimentos e sua incorporação pelas políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da educação indígena, oferecendo diretrizes e recursos para a implementação de programas educacionais que atendam às necessidades dessas comunidades. No entanto, a realidade muitas vezes revela uma discrepância entre as políticas formuladas e sua aplicação prática.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) assegura o direito à educação aos povos indígenas e reconhece a importância da educação diferenciada que respeite suas culturas e idiomas. De acordo com a Constituição Federal no seu artigo 210, parágrafo 2º:

“Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. [...] § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (Brasil, 1988).

A partir desse fundamento, foram desenvolvidas diversas políticas educacionais voltadas para a inclusão e valorização das identidades culturais indígenas, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que, em seu artigo 78, reforça a importância de uma educação diferenciada, intercultural e bilíngue:

“Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias” (Brasil, 1996).

Nesse contexto, relatórios do Ministério da Educação (MEC) e de outras instâncias governamentais também evidenciam a necessidade urgente de fortalecer as políticas de formação de professores para escolas indígenas (Brasil, 2014). A capacitação desses educadores para lidar com a diversidade cultural e a especificidade dos saberes indígenas como fundamental para o sucesso de uma educação verdadeiramente intercultural.

Além disso, programas de formação continuada, que incluam a participação de mestres e lideranças indígenas, têm se mostrado estratégias eficazes para garantir que os professores estejam preparados para desenvolver um ensino contextualizado e inclusivo. A construção de políticas públicas que atendam às especificidades dos povos indígenas requer um compromisso sólido com a escuta e o diálogo, respeitando o protagonismo das comunidades na preservação de suas tradições culturais e na valorização de seus saberes ancestrais.

Portanto, embora as políticas públicas brasileiras garantam o direito à educação diferenciada para povos indígenas, como previsto na Constituição de 1988 (CF/88) e em diretrizes específicas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sua implementação ainda enfrenta inúmeros desafios. A realidade demonstra a necessidade de maior investimento em infraestrutura, recursos e formação de educadores que compreendam e respeitem a diversidade cultural e os saberes tradicionais indígenas.

4 DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL

A globalização e a homogeneização cultural representam uma ameaça à diversidade cultural dos povos indígenas, tornando necessário o fortalecimento de práticas que valorizem suas identidades. A presença de preconceito e discriminação em ambientes educacionais é outro fator que dificulta a construção de um espaço inclusivo, onde os estudantes indígenas se sintam valorizados e respeitados.

Outro desafio significativo é a luta constante pela visibilidade e pelo reconhecimento dos direitos indígenas que, muitas vezes, se traduz em conflitos por terras e recursos naturais. A educação, portanto, não pode ser vista apenas como um meio de transmissão de conhecimento, mas como uma ferramenta de resistência cultural e afirmação identitária. A "Pedagogia da Resistência" reforça a ideia de que a educação deve ser um espaço de empoderamento e emancipação, permitindo que as comunidades indígenas defendam seus direitos e mantenham viva sua identidade cultural.

Como enfatiza Dickmann e Stanqueviski (2024):

“[...] falar de uma Pedagogia da Resistência baseada em Freire, que encontra na amorosidade e no diálogo de saberes os fundamentos de uma nova mentalidade frente ao mundo e de uma nova atitude frente ao outro. Resistir à violência é não ser violento, é produzir e reproduzir a vida (humana e não-humana) como seres biófilos que somos por natureza, como

seres em direção da humanização” (Dickmann e Stanqueviski, p. 60, 2024).

Neste contexto, iniciativas acadêmicas como o projeto de extensão "A cultura indígena Tabajara, ocupação e preservação da cultura tradicional, através de práticas socioeducativas" da UFPB, têm buscado integrar saberes tradicionais e práticas educativas, promovendo a valorização da cultura Tabajara e outras etnias na Paraíba.

O projeto tem como foco principal a integração de saberes tradicionais indígenas às práticas educativas contemporâneas, proporcionando espaços de aprendizado que respeitam e valorizam as especificidades culturais dos povos Tabajara e Potiguara. Uma das estratégias empregadas é a inclusão de rodas de conversa (imagem 1), exposições (imagem 2) e atividades culturais (imagem 3) que permitem aos estudantes indígenas e não-indígenas a troca de conhecimentos e experiências. Assim, há uma valorização explícita das tradições, da língua, e dos rituais que fazem parte da identidade indígena, fortalecendo o senso de pertencimento e a autoestima dos jovens indígenas.

Em termos de combate à invisibilidade e ao preconceito, o projeto contribui significativamente para a sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. A partir da realização de eventos culturais, exposições e participações em eventos científicos (imagem 4), busca-se derrubar estereótipos sobre as culturas indígenas, mostrando a riqueza e complexidade dos saberes tradicionais que vão além da visão simplista e folclórica muitas vezes disseminada.

Imagem 1 – Roda de Conversa com Indígenas Potiguara na Praça do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



Fonte: Acervo Pessoal do Projeto de Extensão “A cultura indígena Tabajara, ocupação e preservação da cultura tradicional, através de práticas socioeducativas”

Imagem 2 – Exposição de Fotografias e Artefatos Indígenas realizada no Hall da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Fonte: Acervo Pessoal do Projeto de Extensão “A cultura indígena Tabajara, ocupação e preservação da cultura tradicional, através de práticas socioeducativas”

Imagem 3 – Ritual do Toré do Povo Potiguara realizado no Dia dos Povos Indígenas



Fonte: Acervo Pessoal do Projeto de Extensão “A cultura indígena Tabajara, ocupação e preservação da cultura tradicional, através de práticas socioeducativas”

Imagem 4 – Exposição de Trabalhos, Fotografias e Artefatos Indígenas no Hall de Convivência do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Fonte: Acervo Pessoal do Projeto de Extensão “A cultura indígena Tabajara, ocupação e preservação da cultura tradicional, através de práticas socioeducativas”

Portanto, esse tipo de iniciativa serve como um modelo para implementação de políticas públicas mais abrangentes que levem em consideração as necessidades específicas das comunidades indígenas na elaboração de programas educacionais. A experiência adquirida em projetos locais pode ser replicada e adaptada para outras regiões do Brasil, fortalecendo a educação indígena e promovendo o reconhecimento dos direitos culturais dessas populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou investigar a relação entre educação e povos indígenas na Paraíba, destacando os desafios enfrentados pelos povos indígenas na preservação cultural e identitária de suas comunidades. Os resultados da pesquisa revelaram que, apesar dos avanços nas políticas públicas de educação indígena, ainda existem barreiras significativas que dificultam a implementação de uma educação que valorize e respeite os conhecimentos, as tradições culturais e linguísticas dos povos indígenas.

Ao longo do desenvolvimento, foi possível observar que a educação intercultural, como proposta por Paulo Freire e outros autores, é essencial para a construção de uma educação que dialogue com a diversidade cultural. A valorização dos saberes locais e a

promoção de uma abordagem pedagógica que respeite as especificidades das comunidades indígenas que são fundamentais para fortalecer a identidade cultural e garantia de direitos como à educação. Além disso, a participação ativa dos indígenas na produção de conhecimento e na formulação de políticas públicas, assim, como na gestão das escolas são elementos cruciais para o sucesso das iniciativas educacionais.

A pesquisa também evidenciou que, embora haja desafios estruturais, como a falta de recursos e a formação de professores, existem experiências bem-sucedidas de educação intercultural que podem servir de modelo para outras comunidades. Essas iniciativas demonstram que é possível promover uma educação que respeite e valorize a cultura indígena, contribuindo assim para a resistência cultural e a afirmação identitária.

Ainda neste contexto sobre a importância da pesquisa, é necessário reconhecer que a educação dos povos indígenas não é apenas uma questão de inclusão, mas também uma questão de justiça social e respeito à diversidade cultural. O fortalecimento da educação indígena é um passo crucial para a preservação das identidades culturais e para a promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil.

Nesse sentido, é fundamental que futuras pesquisas aprofundem a análise das práticas educativas em diferentes contextos indígenas e explorem as experiências de comunidades que têm conseguido implementar com sucesso a educação intercultural. A investigação contínua sobre as interseções entre educação, cultura e identidade é vital para compreender e enfrentar os desafios que os povos indígenas ainda se deparam na luta por reconhecimento e valorização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15619-ppc006-14&category_slug=maio-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13 out. 2024.

BRASIL. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 13 out. 2024.

BRASIL. **Legislação sobre Art. 210 da Cf de 1988**. Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10649501/artigo-210-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 13 out. 2024.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. In: CANDAU, V. M. (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. In: Currículo sem Fronteiras. 2011. v. 11, n. 2, p. 240-255.

DICKMANN, Ivo; STANQUEVISKI, Claudemir. Pedagogia da resistência: aportes críticos para uma Educação Ambiental Freiriana. Quaestio - Revista de Estudos em Educação, Sorocaba, SP, v. 21, n. 1, 2019. DOI: 10.22483/2177-5796.2019v21n1p59-80. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3509>. Acesso em: 13 out. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. São Paulo, Atica, 1992.

NÓBREGA, A. F.; ALVES., J. (EDS.). **Paraíba é sinônimo de terra indígena**. [s.l.] A União, 2023.